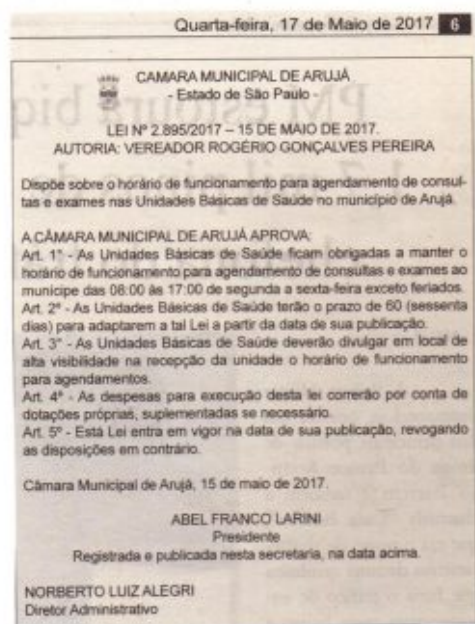


# Agora é Lei: por iniciativa de Rogério da Padaria, UBS' devem funcionar de fato até as 17h



Lei 2895/17 está em vigor desde 17/5

**Agora é Lei.** As Unidades Básicas de Saúde (UBS's) de Arujá deverão funcionar das 8h às 17h e manter, durante todo este período, a possibilidade de o usuário agendar consultas e exames. As determinações constam da [Lei Ordinária nº 2895/17](#), originada do [projeto de Lei nº 015/2017](#), de autoria do vereador Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o *Rogério da Padaria*, e sancionada pelo presidente do Legislativo, Abel Franco Larini (PR), o *Abelzinho*.

A Lei está em vigor desde 17/5 e, a partir desta data, as UBS's terão 60 dias de prazo para informar sobre a medida aos cidadãos por meio de placas e/ou outros tipos de avisos instalados em local visível para o público.

“São inúmeras as reclamações feitas por usuários, principalmente os que trabalham fora de Arujá, de chegarem às UBS's, pouco antes do encerramento do expediente, e não serem atendidos. Este projeto efetivamente disciplina este atendimento, evitando transtornos a quem precisa do serviço”, explicou *Rogério da Padaria*.

O projeto havia recebido veto total do Executivo por interferir, segundo a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, em competência exclusiva do prefeito. O veto, no entanto, foi derrubado por 13 votos em sessão ordinária de 8/5, possibilitando a sanção da Lei pelo Legislativo, o que acabou ocorrendo.

**Câmara de Arujá**

**Assessoria de Comunicação**

[imprensa.camaraaruja@gmail.com](mailto:imprensa.camaraaruja@gmail.com)

[imprensa@camaraaruja.sp.gov.br](mailto:imprensa@camaraaruja.sp.gov.br)

(11) 4652-7015

Publicado em 26/06/2017

Fotos: **Imprensa/CMA**

---

# Em audiência pública, vereadores reforçam cobrança por solução de problemas na saúde

Em audiência pública de prestação de contas realizada pela Secretaria de Saúde na Câmara Municipal em 26/5 com o objetivo de apresentar os investimentos feitos no 1º quadrimestre de 2017, os vereadores reforçaram a cobrança ao secretário de Saúde Messias Covre e à sua equipe técnica, por soluções mais ágeis para os problemas de saúde da cidade.



Rogério questiona sobre funcionamento da UPA do Barreto

Os parlamentares reclamaram novamente da falta de medicamentos nas unidades, do despreparo de funcionários para atender os usuários dos serviços, da falta de transparência na publicação de dados e até mesmo de receitas inelegíveis.



Caroba reivindica mais transparência na divulgação de gastos das organizações sociais

Outro foco de debate na reunião foi a proposta feita pelo secretário de a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Parque Rodrigo Barreto – em fase final de obras – funcionar 12 em vez de 24 horas. Segundo ele, a medida possibilitaria abertura imediata do equipamento. “Não entendo porque não fazer isso. Essa foi a opção. Inicialmente passaria a 24 horas e depois de forma gradativa passaria a 12 horas”, explicou ao ser questionado pelo vereador Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o *Rogério da Padaria*, que discorda desta possibilidade.

Covre ainda argumentou que, devido ao custo de manutenção, muitas cidades da região estariam “abandonando” os projetos de UPA. “Não podemos ser comparados com outras cidades até porque em outros municípios há hospital. A UPA representa o anseio da população de Arujá pela melhoria no atendimento e precisa funcionar 24 horas. Isso foi uma garantia dada pelo prefeito anterior. Além disso, acredito que será bem difícil explicar à população porque na placa está 24 horas, mas o horário de atendimento não corresponderá”, apontou o parlamentar.



Edimar do Rosário diz que atendimento ao público é ruim nas unidades

Conforme estimativa feita pela Secretaria de Saúde, a UPA custará à Prefeitura cerca de R\$ 1 milhão/mensais e o repasse do Governo Federal para custeio não chegaria a 20% deste valor.

*Rogério da Padaria* também pediu esclarecimentos sobre o término da obra da Unidade Básica de Saúde (UBS) da Vila Pilar. Ele ressaltou que, após intervenção do Legislativo, a obra foi retomada, mas a BEC Engenharia, responsável pela construção, não teve regularizados os pagamentos. “Há risco de a obra parar novamente e voltarmos a colocar as crianças, que estudam na creche ao lado, em perigo”, alertou. O abandono dos serviços em 2015 provocou uma série de invasões e furtos à unidade escolar.

A secretaria informou que a obra está orçada em pouco mais de R\$ 2,2 milhões sendo que R\$ 659 mil – oriundos de recursos federais – já foram repassados à empresa, em duas parcelas. O valor total do contrato, garantiu a diretora Lívia Pereira, está empenhado.



Audiência teve presença expressiva de vereadores

### **Atendimento**

O vereador Edimar do Rosário (PRB), o *Pastor Edimar de Jesus*, solicitou à Secretaria de Saúde mais atenção à qualidade do atendimento prestado aos usuários do sistema público de saúde. Ao utilizar uma das unidades do município, o parlamentar classificou como “triste” a forma de tratamento dispensada. Covre disse que a Secretaria está atenta a esta situação e providências são tomadas nos casos em que a denúncia é formalizada por meio da Ouvidoria SUS.

### **Transparência**

O petista Renato Bispo Caroba cobrou o cumprimento da Lei Federal nº 2251/09 que obriga a publicação anual da demonstração financeira das organizações sociais. “Quanto a White Martins, por exemplo, cobra da Cejam pela prestação de serviço? Tanto os vereadores quanto a população têm direito de saber, mas percebemos grande dificuldade em conseguir informações este tipo na Secretaria”, relatou Caroba. A Secretaria se comprometeu a verificar com a Cejam – atual responsável pela gestão dos equipamentos – a melhor forma de publicação. “Sei que o volume de dados é grande. No entanto, era necessário que isso ficasse disponibilizado, pelo menos, no site da Secretaria”, pontuou.



Paraíba Car cobra instalação de  
UTI Neonatal

### **Medicamentos**

Caroba também chamou a atenção para a dificuldade de a Secretaria viabilizar a compra de medicamentos e resolver, de forma definitiva, os problemas de falta de remédios nas unidades. “Não vejo que seja política de governo (pode ser da Secretaria) a compra de remédios, pois saem outras licitações, menos estas”, salientou. O secretário Messias Covre disse que até ele recebe reclamações em seu consultório e que de fato “a assistência precisa ser adequada”.

A coordenadora da Assistência Farmacêutica Marilúcia Alencar da Silva Pessoa garantiu, mais uma vez, que a equipe está trabalhando para normalizar o fornecimento. “As coisas estão caminhando”, respondeu ao afirmar que parte desta situação também é causada por atrasos na entrega de medicamentos fornecidos pelo governo do Estado.

### **UTI Neonatal**

O vereador Sebastião Vieira de Lira (PSDC), o *Paraíba Car*, questionou o secretário sobre o andamento das negociações entre a Prefeitura e o Hospital Ipiranga para instalação de uma UTI Neonatal na Maternidade Municipal Dalila Ferreira Franco. Segundo Covre, a secretaria está analisando a proposta encaminhada pela instituição hospitalar. “Estamos verificando os custos para passar ao prefeito”. Ele não informou prazo

para dar uma resposta sobre o assunto.



Ana Poli pede mais especialistas

## **Especialistas**

Ana Cristina Poli (PR), a Ana Poli, reforçou os pedidos para melhoria do Ambulatório de Especialidades com a contratação de mais especialistas, entre os quais, geriatra. Ela justificou a solicitação ao informar que Arujá é um dos municípios com maior número de idosos na região. Covre informou que o Ambulatório é uma das prioridades da administração. “A próxima licitação a ser aberta será para escolha da empresa que irá gerir o ambulatório”, garantiu. Ele concordou com os vereadores sobre como a não existência de um hospital em Arujá impacta negativamente na saúde e admitiu “não saber como equacionar isso”.

Também compareceram à audiência pública os vereadores Abel Franco Larini (PR), o *Abelzinho*, – atual presidente da Câmara; Rafael dos Santos Laranjeira (PSB), o Rafael Laranjeira, – vice-presidente do Legislativo, Edvaldo Barbosa Paz (PSDB), o *Profº Edval*, e Reynaldo Gregório Junior (PTB), o *Reynaldinho*.



Câmara de Arujá

Assessoria de Comunicação

(11) 4652-7015

[imprensa.camaraaruja@gmail.com](mailto:imprensa.camaraaruja@gmail.com)

[imprensa@camaraaruja.sp.gov.br](mailto:imprensa@camaraaruja.sp.gov.br)

Publicado em 22/06/2017

---

# **Saúde admite falta de remédios na rede por problemas em plataforma de licitações**

Problemas na plataforma de licitações utilizada pela Secretaria de Saúde para aquisição de medicamentos foi uma das causas apontadas pela coordenadora da Assistência Farmacêutica da Prefeitura de Arujá, Marilúcia Alencar da Silva Pessôa, para a falta de, pelo menos, 23 itens da lista de remédios que deveriam estar disponíveis para distribuição na rede pública municipal e cuja compra é de responsabilidade do município em parceria com o governo federal. A informação foi passada aos vereadores durante reunião realizada na última segunda-feira (17/4) na sede do Legislativo.



Equipe da Secretaria de Saúde durante reunião no Legislativo

A dificuldade em conseguir remédios básicos nas unidades de saúde é uma das principais reclamações da população e já se tornou alvo de requerimento na Casa, elaborado pelo vereador Rafael Santos Laranjeira (PSB), o Rafael Laranjeira.



Vereadores discutem falta de medicamentos na rede

Segundo Marilúcia, outros 11 itens também estão em falta mas, neste caso, a compra é compartilhada entre município, Estado e União. “Os itens faltantes representam 18% da lista de 179 itens”, salientou. Ela informou que alguns remédios podem ser conseguidos na farmácia popular e orientou os usuários a buscar a secretaria.

Na tentativa de minimizar a situação, a pasta vem fazendo pequenas compras para abastecer as unidades. A quantidade tem

sido insuficiente para atender a demanda, admitiu a equipe. “Com a retomada do uso da plataforma, a expectativa é que a distribuição seja normalizada em três meses”, acredita a diretora Livia Pereira, que também esteve na Câmara acompanhando o secretário de Saúde, Messias Cobre.

Ele refutou informação dos vereadores de que farmácias existentes nas UBS's foram fechadas. “Isso não procede”, garantiu. A Secretaria havia anunciado que centralizaria a distribuição de medicamentos devido à exigência da Conselho Regional de Farmácia (CRF) para contratação de um farmacêutico por unidade. “O Conselho não nos deu resposta. Além disso, sabemos que esta determinação do CRF está sendo contestada judicialmente”, afirmou.



Secretaria se compromete com solução em três meses

## **Licitação**

Durante a reunião, os gestores também esclareceram dúvidas dos parlamentares sobre a nova licitação destinada à escolha dos administradores das unidades de Pronto Atendimento do Centro e do Barreto e da Maternidade Dalila Ferreira Barbosa. O resultado do processo licitatório deverá sair até 18/5. O objetivo, conforme detalhou Livia Pereira, é dar resolutividade ao atendimento. “A proposta é possibilitar ao usuário consulta, exame, retorno e tratamento”. Além disso,

constam do edital como exigências: a presença de chefia médica e de enfermagem nas unidades; as contratações de um médico plantonista com experiência para coordenar equipe no final de semana, de um co-gestor indicado pela Prefeitura e de um ultrassonografista.

Os parlamentares pediram providências da Secretaria quanto à melhoria do transporte de pacientes, principalmente, os que têm doenças graves como câncer. Crove revelou que pretende terceirizar o transporte sanitário a fim de permitir melhor qualidade no atendimento aos usuários.

Participaram da reunião os vereadores Abel Franco Larini (PR), o Abelzinho, atual presidente da Câmara; Rafael Laranjeira, Sebastião Vieira de Lira (PSDC), o *Paraíba Car*, Ana Cristina Poli (PR), a Ana Poli, Edimar do Rosário (PRB), o *Pastor Edimar de Jesus*, Edval Barbosa Paz (PSDB), o *Profº Edval*, Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o *Rogério da Padaria*, Marcelo José de Oliveira (PRB), o *Dr. Marcelo Oliveira*, Luiz Fernando Alves de Almeida (PSDC), o Luiz Fernando, Edvaldo de Oliveira Paula (PSC), o *Castelo Alemão*, Paulo Henrique Maiolino (PSB), o *Paulinho Maiolino*, e a assessoria da vereadora Cristiane Araújo Pedro (PSD), a *Profª Cris do Barreto*. Pela Secretaria de Saúde também compareceu a médica veterinária Tássia Vitta Ribeiro.

Câmara de Arujá

Assessoria de Comunicação

[imprensa@camaraaruja.sp.gov.br](mailto:imprensa@camaraaruja.sp.gov.br)

(11) 4652-7015

Publicado em 19/04/2017

Fotos: **Imprensa/CMA**

---

# Contratação de especialistas e orçamento apertado são desafios para Saúde, diz secretário

*A Câmara de Arujá realizou durante o mês de fevereiro uma série de reuniões com secretários municipais com o objetivo de conhecer os planos de investimento de cada pasta para 2017. A primeira ocorreu em 20/2 com o secretário de Saúde, Messias Cobre. A partir de hoje (24/3), apresentaremos um balanço de cada encontro feito entre os gestores e o Legislativo e quais planos/dificuldades e desafios foram apresentados. As matérias seguirão a ordem cronológica.*

Melhorar o atendimento na área da saúde se tornou um dos maiores desafios em Arujá. Isso porque são recorrentes as reclamações sobre falta de médicos especialistas, demora no agendamento de consultas, mal atendimento e dificuldades de transporte de pacientes.



Messias Cobre durante reunião

na Câmara. Foto: Imprensa/CMA



Uma das prioridades é contratação de especialistas, diz secretário

Recentemente, os vereadores formaram uma Comissão para acompanhar a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) da Vila Pilar – paralisada por problemas administrativos. Obras importantes como a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Parque Rodrigo Barreto ainda não tem data para ser entregue.

Diante dos parlamentares, o secretário de Saúde, Messias Covre, que assumiu na gestão do prefeito José Luiz Monteiro (PMDB), admitiu uma série de dificuldades. “A nossa folha de pagamento consome 57% do orçamento e não conseguimos contratar ginecologistas por meio de processo seletivo. O Tribunal de Contas não aceitou. Só a Maternidade custa R\$ 1 milhão por mês”, explicou.

O quadro crítico apresentado desanimou os parlamentares – alvos preferenciais da população quando o assunto é problemas na saúde. “É preciso ter especialistas na cidade”, disse Rafael Santos Laranjeira (PSB), o Rafael Laranjeira. Edval Barbosa Paz (PSDB), o *Profº Edval*, defendeu o trabalho preventivo.



Orçamento é um dos desafios da Secretaria

Covre disse que suas prioridades para este ano são duas: reorganizar o Centro de Especialidades – ele estuda mudar inclusive a localização do equipamento – e viabilizar a nova concorrência pública para escolha da organização social que ficará responsável pela gestão da Maternidade e do Pronto Atendimento (PA).

“Nossa meta é transferir o Centro de Especialidades para a área central e ampliar o número de médicos”, revelou o secretário. Ele também afirmou que o maior problema no setor é a “limitação dos recursos orçamentários”; “ainda não há definição para resolver a questão da UTI Neonatal na Maternidade” e “o mal atendimento na rede é uma de suas preocupações.”

O vereador Edimar do Rosário (PRB), o *Pastor Edimar de Jesus*, o questionou sobre o controle feito pela secretaria na dispensação de medicamentos e chamou a atenção para a necessidade de “otimizar os recursos existentes, pois há muitas demandas.”

A cidade tem déficit de profissionais na área de ginecologia – que junto à Pediatria e à Clínica Geral integram a Atenção Básica – e nas especialidades de oftalmologia e cardiologia. “Há consultas sendo marcadas para setembro de 2017”, reconheceu Covre.

O orçamento da Secretaria de Saúde previsto para 2017 é de R\$ 61,2 milhões. Vereadores se comprometeram a entrar em contato

com deputados federais e estaduais solicitando apoio por meio da liberação de emendas.

Além dos vereadores já citados, também participaram da reunião: Ana Cristina Poli (PR), a Ana Poli; Marcelo José de Oliveira (PRB), o *Dr. Marcelo Oliveira*, Cristiane Araújo Pedro (PSD), a *Cris do Barreto*, Gabriel dos Santos (PSD), Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o *Rogério da Padaria*, e o presidente da Casa, Abel Franco Larini (PR), o *Abelzinho*.

Da Secretaria de Saúde acompanharam o secretário, a diretora de Departamento, Livia Pereira, e a responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, Carmen Araújo Pellegrino.

Câmara de Arujá

Assessoria de Comunicação

[imprensa@camaraaruja.sp.gov.br](mailto:imprensa@camaraaruja.sp.gov.br)

(11) 4652-7015

Publicado em 24/03/2017



---

# Saúde suspende temporariamente centralização da dispensação de medicamentos

Após reunião com os vereadores na Câmara de Arujá, realizada na última sexta-feira (10/3), a Secretaria de Saúde decidiu suspender temporariamente o processo de centralização da dispensação de medicamentos receitados a usuários da rede pública municipal.



Secretário decidiu suspender temporariamente a medida após reunião na Câmara

A medida, anunciada inicialmente por meio de ofício, seria implementada a partir de 1º de abril, e implicaria na suspensão do funcionamento das farmácias nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos bairros Nova Arujá, Jardim Rincão, Jardim Real e Jardim Emília.

Segundo o secretário Messias Covre, a Prefeitura não tem condições financeiras de atender a exigência do Conselho Regional de Farmácia e manter um profissional em cada unidade onde haja distribuição de medicamentos. “A administração municipal está sendo reiteradamente multada devido à falta de farmacêutico nas unidades”, afirmou. Atualmente, Arujá conta com quatro farmacêuticos, mas teria necessidade de 14 devido ao número de UBS’s e à recente redução da carga horária da categoria que passou de 40 para 30 horas/semanais. “A centralização resolveria este problema e cessaria de imediato o pagamento das multas”. A proposta ainda precisa ser negociada em reunião com o Conselho.



Centralização não agrada a vereadores

A obrigatoriedade da presença do farmacêutico em estabelecimentos que vendam ou distribuam remédios foi regulamentada pela [Lei Federal nº 13.021/14](#).

Para os vereadores, é necessário pensar em alternativas. “Não há condições de alguém sair do Jardim Emília e buscar remédio no centro”, afirmou Rafael Santos Laranjeira (PSB), o Rafael Laranjeira. “Imagina se o médico receitar uma aspirina. Fica mais barato comprar o medicamento do que pegar um ônibus”. Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o *Rogério da Padaria*, também deixou claro seu descontentamento com a Secretaria. Sugeriu que as farmácias funcionassem em dias alternados. “Poderia fazer um cronograma e não fechar definitivamente”, comentou.

O vereador Edvaldo de Oliveira Paula (PTB), o *Castelo Alemão*, propôs a contratação de motoboys para realizar o serviço de entrega de remédios. “A secretaria ficou de avaliar esta possibilidade para resolver o problema da população”, pontuou.



Paraíba quer retomar projeto  
Remédio em Casa

Sebastião Vieira de Lira (PSDC), o *Paraíba Car*, deu exemplo de outros municípios onde técnicos de farmácia realizam o atendimento e falou sobre a ideia durante a reunião. “Isso funciona em outras cidades”, garantiu. Diante da situação, o vereador pretende retomar a ideia do programa Remédio em Casa.

Para a Secretaria de Saúde, no entanto, o desafio é contratar diante de um orçamento apertado. Pressionada pela falta de especialistas e com 57% dos recursos comprometidos com pessoal, Messias Covre disse que será difícil abrir novo concurso público. “Temos de contratar ginecologistas, uma das nossas principais necessidades”.

Uma nova reunião deverá ser agendada para discutir o assunto, após o encontro entre a Prefeitura e o Conselho.

Também participaram da reunião o presidente do Legislativo, Abel Franco Larini (PR), o *Abelzinho*, Ana Cristina Poli (PR), a Ana Poli, Edimar do Rosário (PRB), o Edimar de Jesus, Edval Barbosa Paz (PSDB), o *Profº Edval*, Luiz Fernando Alves de Almeida (PSDB), o Luiz Fernando, a diretora de departamento Livia Pereira, e a assessoria do vereador Renato Caroba (PT).

Câmara de Arujá

Assessoria de Comunicação

[imprensa@camaraaruja.sp.gov.br](mailto:imprensa@camaraaruja.sp.gov.br)

(11) 4652-7015

Publicado em 15/03/2017

---

**Edimar de Jesus defende  
implantação de sistema  
informatizado para controle**

# de medicamentos



Reunião discutir forma de gerenciar distribuição de medicamentos

Preocupado com a gestão dos recursos na área da saúde, o vereador Edimar do Rosário (PRB), o *Edimar de Jesus*, pretende sugerir à administração municipal a implementação de um sistema informatizado para controle da distribuição de medicamentos na rede pública. A proposta, no entanto, não se limitaria à gestão da entrega dos remédios aos usuários nas unidades mas englobaria todo o processo de compra, armazenamento, reposição e identificação do lote.

O assunto foi discutido durante reunião realizada na última quarta-feira (8/2) na Secretaria de Saúde da qual participaram o vereador, o secretário de Saúde, Messias Cobre, a presidente do Conselho Municipal de Saúde Mari Lúcia Alencar, a diretora de departamento, Lívia Pereira e especialistas na área de Logística Hospitalar.

A proposta visa melhorar a gestão deste setor e reduzir os índices de reclamação dos usuários. “Temos empresa especializada neste trabalho. Hoje, há um controle na Saúde, mas não em todas as unidades. É preciso fazer isso de forma integrada a fim de evitar o desperdício e melhorar o atendimento a quem precisa do remédio”, salientou o vereador.

Ele vai encaminhar a proposta à Prefeitura por meio de uma indicação.

Fotos: Gabinete Parlamentar/Edimar de Jesus

Câmara de Arujá

Assessoria de Comunicação

[imprensa@camaraaruja.sp.gov.br](mailto:imprensa@camaraaruja.sp.gov.br)

(11) 4652-7015

Publicado em 10/02/2017

---

# 56 agentes comunitários de saúde atuam em Arujá

Um total de 56 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) atua em Arujá. A informação foi dada pelo então secretário de Saúde, Eduardo Ferreira da Silva, em resposta ao [requerimento nº 2501/16](#), de autoria do vereador Sebastião Vieira de Lira (PSDC), o *Paraíba Car*. A propositura foi aprovada por sete votos em sessão ordinária de 17/10/16.

Cada ACS, de acordo com a Prefeitura, recebe cerca de R\$ 1.200/mês, além de R\$ 220 de vale-refeição, salário-família, quando é de direito, e 2% de adicional para cada ano de serviço prestado ao município. Para custear este trabalho, o governo federal repassa à administração um total de R\$ 1.014 por agente.

Os ACS estão distribuídos nas Unidades Básicas de Saúde, sendo: 21 no Parque Rodrigo Barreto, dez no Jardim Emília, 15 no Mirante e dez no Jardim Real.

Na justificativa, *Paraíba Car* disse que o questionamento tinha como objetivo “fazer cumprir a função fiscalizadora do vereador”.

Foto: Imprensa/CMA

Câmara de Arujá

Assessoria de Comunicação

[imprensa@camaraaruja.sp.gov.br](mailto:imprensa@camaraaruja.sp.gov.br)

(11) 4652-7015

Publicado em 06/02/2017